

Superior Tribunal de Justiça

EXECUÇÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA Nº 1.169 - CE (2009/0057600-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
EXEQUENTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO CEARÁ - SINPRECE
ADVOGADO : GLAYDDES MARIA SINDEAUX ESMERALDO E OUTRO(S) - CE004019
EXECUTADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTERES. : OSIMARIA FRANCISCA DE LACERDA DO NASCIMENTO
INTERES. : OSIRES FERNANDES CABRAL
INTERES. : OSIRES FERNANDES CABRAL
INTERES. : OSMAR GOMES PEREIRA
INTERES. : OSSEAN AQUINO VIEIRA
INTERES. : OTACÍLIO AGOSTINHO DA SILVA FONSECA
INTERES. : OTACÍLIO CARLOS QUEIROZ
INTERES. : OTACÍLIO MOTA NETO
INTERES. : OVÍDIO DOS SANTOS MARIANO
INTERES. : OVÍDIO GILBERTO DA SILVA
INTERES. : PARMÊNIO ARAÚJO MACEDO
INTERES. : PAULO CÉSAR BONFIM GOMES RODRIGUES
INTERES. : PAULO CÉSAR BONFIM LEITÃO
INTERES. : PAULO CÉSAR FROTA
INTERES. : PAULO DE LIMA BARRETO
INTERES. : PAULO DE TARSO RIBEIRO PESSOA
INTERES. : PAULO EVILÁSIO GUEDES CAVALCANTI
INTERES. : PAULO JOSÉ DE CARVALHO PONCIANO
INTERES. : PAULO NEY MARTINS
INTERES. : PAULO NUNES CHAVES
INTERES. : PAULO PEREIRA SIQUEIRA
INTERES. : PAULO ROBERTO SOARES NOBRE
INTERES. : PAULO SÉRGIO ANDRADE PEREIRA
INTERES. : PAULO SÉRGIO MACIEL LOURINHO
INTERES. : PEDRO CASTELO

DECISÃO

Transitado em julgado os embargos à execução, a Coordenadoria de Execução Judicial (CEJU) apresentou informações e planilhas com os valores devidos aos substituídos (fls. 235-241), dos quais o executado manifestou expressa concordância e o exequente pugnou fosse resguardada para depois a satisfação de eventual diferença pela aplicação do IPCA-E.

Diante do exposto, homologo a conta apresentada pela CEJU e determino a imediata expedição das requisições de pagamento, relativamente

Superior Tribunal de Justiça

àqueles que estiverem em situação regular, com destaque dos honorários advocatícios e valores devidamente atualizados até o efetivo pagamento.

Quanto ao índice de correção monetária, fica ressalvada a possibilidade de expedição de requisitórios de valor complementar a depender do resultado do julgamento do RE 870.947 no Supremo Tribunal Federal. Caso antes do cumprimento desta decisão tenha sido finalizado o julgamento do recurso extraordinário, deverá ser observado o índice de correção monetária que restar definido.

Tendo em vista a informação de falecimento de alguns substituídos, esclareço que em caso de óbito ocorrido após o período de apuração dos valores devidos, os valores deverão ser requisitados em nome do espólio, por se caracterizar crédito de herança. Nesse caso, o levantamento de valores fica condicionado à comprovação da partilha regular do crédito no juízo sucessório ou na forma do art. 610, § 1º, do CPC, que deverá ser apresentada no bojo do respectivo precatório ou RPV.

Outrossim, sendo o falecimento anterior ao período dos cálculos, os valores devidos são créditos de pensão e o direito de receber tais valores passa a ser do pensionista, mormente por se tratar de título executivo oriundo de mandado de segurança coletivo, impetrado por Sindicato. Para isso, devem ser apresentados os documentos pessoais com o número de CPF do(s) pensionista(s) habilitado(s) junto ao órgão de origem do beneficiário falecido, bem como documentos do órgão de pessoal com indicação da cota parte da pensão durante o período de apuração das diferenças.

Em caso de falecimento durante o período de apuração, os valores deverão ser expedidos parte em nome do espólio e parte em nome do(s) pensionista(s).

Após, voltem os autos conclusos para julgamento do Agravo Interno de fls. 484-510.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção